

FLUXOS MIGRATÓRIOS NAS CIDADES MÉDIAS E REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS: A EXPERIÊNCIA DO PERÍODO 1980/96¹

Thompson Almeida Andrade ²
Angela Moulin Simões Penalva Santos ³
Rodrigo Valente Serra ⁴

I – Introdução

As cidades médias brasileiras apresentaram um dinamismo demográfico considerável nas últimas décadas. Entre 1970 e 1996, estas cidades experimentaram um ritmo de crescimento superior ao observado para o conjunto dos centros urbanos do país, tendo ampliado a sua participação na população urbana de cerca de 9 por cento para 14 por cento nestes vinte e seis anos. Neste trabalho o termo cidades médias refere-se ao conjunto dos centros urbanos (não capitais e não metropolitanos) com população entre 100 mil e 500 mil habitantes.⁵

Acredita-se que uma parte significativa do dinamismo demográfico exibido por estas cidades deve-se à contribuição dada pelos saldos migratórios a este crescimento. Por isto, um dos objetivos deste trabalho é mensurar a importância do componente migratório na expansão populacional observada nas mesmas.

¹ Este trabalho é parte do projeto de pesquisas do Núcleo de Estudos e Modelos Espaciais Sistemáticos (Nemesis), financiado pelo Pronex-MICT/Finep/CNPq. Os estagiários Gheisa Roberto Telles Esteves, aluna de Economia da UERJ, e Denis Paulo dos Santos, aluno de Estatística da ENCE/IBGE, colaboraram na sua elaboração.

² Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pesquisador-visitante na Diretoria de Pesquisas do IPEA.

³ Professora da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; pesquisadora do Prociência/UERJ.

⁴ Doutorando em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente pelo Instituto de Economia da UNICAMP, professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense e pesquisador associado ao NEMESIS/PRONEX.

⁵ Para uma análise do desempenho das cidades médias em termos demográficos, ver Andrade e Serra (1998a). Deve-se esclarecer, de imediato, que, embora o estudo faça uso do termo “cidade média”, o contingente migratório estudado refere-se ao total do município, incluindo, assim, os imigrantes que se dirigiram para as áreas rurais dos municípios onde as cidades médias estão situadas. Tal opção, além de poupar esforços para a construção da base de dados, pode ser sustentada pela própria tradição dos estudos geográficos e de economia regional, os quais procuram tomar a cidade em conjunto com sua região de influência mais ou menos imediata, isto é, como parte integrante de uma relação cidade-região, que, a princípio, não pudesse ser desmembrada. Sobre a tradição dos estudos regionais ver o item Bases Teóricas dos Estudos Regionais, em IPEA/IBGE/NESUR (IE-UNICAMP) (1999). A listagem das cidades médias estudadas pode ser vista no Diagrama 1 deste estudo.

A importância desta mensuração se liga ao interesse em verificar em que medida se materializaram as expectativas vigentes na década de setenta de que as cidades médias pudessem atuar como verdadeiros “diques” para os fluxos migratórios, oferecendo uma alternativa de atração locacional para os mesmos, desviando-os da sua orientação em direção aos grandes centros metropolitanos.

Outro objetivo deste trabalho, associado ao interesse em analisar os fluxos migratórios dirigidos para as cidades médias, é pesquisar a forma pela qual os imigrantes foram absorvidos no mercado de trabalho urbano destes centros. A intenção, portanto, é verificar em que medida houve alguma diferença na forma pela qual o imigrante das cidades médias integrou-se neste mercado *vis-a-vis* a integração obtida pelo imigrante nas regiões metropolitanas. Esta comparação visa verificar se o mercado de trabalho nas cidades seria mais receptivo aos imigrantes, oferecendo menor resistência à absorção dos mesmos do que aquela presente nas áreas metropolitanas. O dinamismo produtivo expressivo das cidades médias pode ter abrandado a resistência na absorção de imigrantes na medida em que estes trabalhadores possam ter suprido a demanda de mão de obra requerida pelo seu crescimento, melhorando a remuneração paga aos mesmos, aumentando a sua taxa de ocupação e inserindo um maior contingente deles no mercado formal.⁶

A estrutura deste trabalho segue estas duas linhas de objetivos. Na seção II reporta-se o dimensionamento dos fluxos migratórios nas cidades médias e faz-se uma análise das suas características. Na seção III examina-se a questão da integração dos imigrantes nos mercados de trabalhos destas cidades e das áreas metropolitanas, fazendo uma análise dos seus rendimentos, da sua taxa de ocupação e da sua inserção no mercado formal. A seção final faz uma síntese dos resultados obtidos e aponta algumas linhas para estudo futuro.

⁶ Ver em Andrade e Serra (1998b) as elevadas taxas anuais de crescimento do pessoal ocupado nestas cidades no período 1970/91.

II – Dimensão dos fluxos migratórios das cidades médias ⁷

Foi grande a participação das cidades médias no movimento imigratório de pessoas no período 1980/91. Do total de 7,3 milhões de imigrantes detectados nestas cidades e nas regiões metropolitanas, cerca de 45 por cento se instalaram nos centros de porte intermediário, ou seja, 3,3 milhões.⁸ Estes valores mostram como ainda foram importantes os fluxos em direção às regiões metropolitanas nacionais, mas, por outro lado, explicita a força de atração das cidades médias, mostrando que elas foram uma alternativa bastante significativa de orientação para estes fluxos.⁹ A Tabela I detalha estes números segundo a localização regional destas cidades e por região metropolitana.

Entre as cidades médias, certamente as de maior importância em termos de atração de imigrantes, estão os centros urbanos de São Paulo. Por outro lado, entre as regiões metropolitanas, o maior fluxo imigratório foi o orientado para a RM de São Paulo. Portanto, é inegável o predomínio de São Paulo como área para a atração de imigrantes. Deve-se, entretanto, enfatizar, que as cidades médias do Sudeste chegaram a atrair mais imigrantes (cerca de 1,7 milhões) que a própria região metropolitana paulista (1,5 milhão), o que pode ser considerado como importante em termos da função de “dique” esperada destes centros.

⁷ O objetivo original desta seção era mensurar os fluxos migratórios que se dirigiram para nove regiões metropolitanas e cidades médias brasileiras, desmembrando os referidos núcleos urbanos segundo suas localizações regionais e desagregando o contingente migratório segundo a situação (urbana ou rural) da origem do imigrante (na última etapa migratória) e segundo o alcance dos deslocamentos (intra-estadual, intra-regional e inter-regional). Contudo, para o período 1991/96, nem todos estes desmembramentos analíticos foram possíveis, uma vez que a análise deste período foi baseada em informações da Contagem Populacional de 1996, cujo questionário não abrangeu: o município de origem do imigrante, a situação do imigrante no local de origem (se urbana ou rural) e as variáveis utilizadas na seção III para investigação da absorção dos imigrantes no mercado de trabalho dos núcleos urbanos em estudo (taxa de ocupação, posse de carteira de trabalho e rendimento). Portanto, ao contrário do originalmente pretendido, as abordagens foram diferenciadas em função do período considerado: 1981/91 e 1991/96. Tais diferenças serão relatadas no decorrer da análise.

⁸ Os imigrantes considerados neste trabalho, bem como suas características investigadas, referem-se a população com menos de 10 anos de residência no município em que residia à época do recenseamento. Trata-se portanto de uma investigação sobre a última etapa de migração, e não das trajetórias completas dos imigrantes.

⁹ Deve-se notar que as cidades médias não-metropolitanas totalizam 81 municípios, enquanto que as regiões metropolitanas agregam 161 municípios. Apesar de conter uma quantidade de municípios que é a metade, as cidades médias tiveram um contingente de imigrantes que é apenas 8 pontos percentuais inferior ao das regiões metropolitanas.

A mesma tabela mostra como o total de imigrantes se distribuiu percentualmente entre as cidades médias e as regiões metropolitanas. Mostra também as distribuições respectivas da quantidade de municípios e da população destes dois grupos de cidades. Se for feita a hipótese, certamente irreal, de que os municípios e as regiões metropolitanas têm igual chance de atrair imigrantes, ou seja, de que a probabilidade de cada uma delas é igual (igual a $1/242$)¹⁰, poder-se-ia imaginar que 33,5 por cento dos 7,3 milhões de imigrantes (ou seja, cerca de 2,4 milhões) teriam sido atraídos para as cidades médias no período considerado. Verifica-se na Tabela I, entretanto, que estas cidades atraíram um adicional de 0,8 milhão de imigrantes, o que configura que as mesmas carregaram um potencial de atração destes fluxos que fica acima da mera chance.

É interessante observar que foi generalizada a maior participação relativa das cidades médias no total de imigrantes destes dois grupos de cidades em relação à distribuição do número de cidades. Já no caso das regiões metropolitanas, o que aconteceu foi um desempenho misto: o contrário aconteceu para seis delas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre), enquanto que para as regiões de Belém, Fortaleza e São Paulo, sua participação relativa no total de imigrantes ficou também acima da mera chance, como as cidades médias. Verifica-se, entretanto, que o efeito líquido para as regiões metropolitanas foi uma participação relativa menor das mesmas no total de imigrantes (54,9 % contra 66,5 %), o que explica a “cessão” dos 0,8 milhão de imigrantes para as cidades médias já mencionado acima.

Se a chance de atrair imigrantes estivesse associada à dimensão populacional dos municípios ou a qualquer variável correlacionada com o tamanho demográfico dos mesmos, o total de imigrantes teria se distribuído de acordo com as porcentagens mostradas na coluna da direita da Tabela I. Comparando-se as duas distribuições relativas, a dos imigrantes e a da população, verifica-se a mesma situação descrita anteriormente, qual seja, a da persistência das cidades médias absorvendo um quantitativo de imigrantes superior ao que teria ocorrido naquele período se o fluxo imigratório fosse induzido pelo tamanho populacional ou por qualquer outra variável

¹⁰ A quantidade 242 é a soma das 81 cidades médias com as 161 cidades componentes das regiões

com ele associado. Para as regiões metropolitanas repete-se a situação anterior, com a diferença de que agora aquelas que tiveram uma participação relativa maior na imigração são as mesmas Belém e Recife, mas havendo uma troca de São Paulo por Curitiba. Deve-se notar que neste caso, teria havido um ganho de cerca de 1,2 milhão de imigrantes para as cidades médias, cedidos pelas regiões metropolitanas.

Tabela I: Quantidade de imigrantes diretos no período 1981/91 nas cidades médias (CMs) e regiões metropolitanas (RMs), sua distribuição percentual do total de imigrantes, e a distribuição percentual de municípios e da população.

Cidades Médias e Regiões Metropolitanas	Imigrantes Diretos		Nº Municípios	Participação no total de municípios de A e B (%)	Pop. 1980	Participação no total da população de 1980 de A e B (%)
	Quantidade	% do Total de (A+B)				
(A) CMs	3.273.225	45,1	81	33,5	14.039.309	29,0
No Norte e Centro Oeste	403.207	5,6	8	3,3	822.994	1,7
No Nordeste	501.357	6,9	13	5,4	2.468.982	5,1
No Sul	632.075	8,7	17	7,0	2.953.096	6,1
No Sudeste	1.736.586	23,9	43	17,8	7.794.237	16,1
<i>RJ, MG, ES</i>	685.016	9,4	18	7,5	3.485.622	7,2
<i>SP</i>	1.051.569	14,5	25	10,3	4.308.616	8,9
(B) RMs	3.986.078	54,9	161	66,5	34.372.103	71,0
Belém	156.773	2,2	2	0,8	1.016.640	2,1
Fortaleza	299.842	4,1	9	3,7	1.597.577	3,3
Recife	221.361	3,0	13	5,4	2.372.159	4,9
Salvador	270.226	3,7	10	4,1	1.791.222	3,7
B.Horizonte	372.467	5,1	20	8,3	2.614.216	5,4
R.de Janeiro	499.395	6,9	20	8,3	8.762.466	18,1
São Paulo	1.520.505	20,9	39	16,1	12.586.967	26,0
Curitiba	292.423	4,0	18	7,4	1.452.342	3,0
P. Alegre	353.086	4,9	30	12,4	2.275.336	4,7
Total (A+B)	7.259.303	100,0	242	100,0	48.411.412	100,0

Fonte: Tabulação própria a partir de FIBGE: Censos Demográficos de 1980 e 1991.

Para o período mais recente, isto é 1991/96, a análise da atratividade de fluxos migratórios pelos centros urbanos nacionais teve que ser construída de forma diferente, assumindo algumas limitações em comparação ao período 1981/91. Como a mensuração dos fluxos migratórios do período mais recente foi resultado da Contagem Populacional realizada em 1996, não foi possível verificar o contingente migratório para

metropolitanas do país.

as Regiões Metropolitanas, mas tão somente para as Metrôpoles, isto porque, diferentemente dos Censos Demográficos, a Contagem Populacional não indagou o município de origem do imigrante. Tal restrição não permite diferenciar os fluxos populacionais, nada desprezíveis, que ocorrem no interior das regiões metropolitanas, daqueles movimentos migratórios de origem externa as regiões metropolitanas.¹¹ Portanto, na Tabela II o que se está comparando é a atratividade das cidades médias vis-à-vis com a de nove metrôpoles nacionais.

O que se destaca de início da Tabela II é o fato das cidades médias terem absorvido 56,9% do total dos imigrantes (das metrôpoles e cidades médias) no período 1991/96, enquanto a participação destas cidades na população total de 1991 era de 40,8%. Já as metrôpoles, que detinham 59,2% da população em 1991, absorveram 43,1% do total de imigrantes do período 1991/96. Tal fato mostra claramente como foi importante o papel das cidades médias como absorvedoras dos fluxos migratórios no primeiro quinquênio dos anos noventa.

Certamente que a impossibilidade material de contabilizar os fluxos migratórios das regiões metropolitanas neste período pode ter um efeito de superestimação da importância relativa das cidades médias como pólos de atração durante o período 1991/96. Contudo, embora possa existir este efeito de superestimação, a análise comparativa do crescimento populacional (crescimento vegetativo + saldo migratório) entre as cidades médias e regiões metropolitanas realizadas em outro recente estudo indica não haver dúvidas quanto a maior atratividade das primeiras frente as segundas.

12

¹¹ Pelo Censo de 1991, sendo possível identificar o município de origem dos imigrantes do período 1981/91, foi possível subtrair do total de imigrantes das regiões metropolitanas toda a mobilidade espacial que ocorria no interior destas.

¹² Ver Andrade e Serra (1998a)

Tabela II: Quantidade de imigrantes diretos no período 1991/96 nas cidades médias (CMs) e Metrôpoles, sua distribuição percentual do total de imigrantes e a distribuição percentual da população.

Cidades Médias e Metrôpoles	Imigrantes Diretos		Total de Municípios	Participação no Total de Municípios de A e B (%)	População em 1991	Participação no Total da População de 1991 de A e B (%)
	Quantidade	% do Total de (A+B)				
(A) CMs	1.585.344	56,9%	81	90,0	18.019.426	40,8
No Norte e Centro-Oeste	203.882	7,3%	8	8,9	1.504.585	3,4
No Nordeste	225.247	8,1%	13	14,4	2.762.885	6,3
No Sul	307.618	11,0%	17	18,9	4.522.048	10,2
No Sudeste	848.597	30,5%	43	47,8	9.229.908	20,9
<i>RJ, MG, ES</i>	352.232	12,7%	18	20,0	3.673.557	8,3
<i>SP</i>	496.365	17,8%	25	27,8	5.556.351	12,6
(B) Metrôpoles	1.198.966	43,1%	9	10,0	26.112.380	59,2
Belém	49.256	1,8%	1	1,1	1.244.689	2,8
Fortaleza	87.787	3,2%	1	1,1	1.768.637	4,0
Recife	53.211	1,9%	1	1,1	1.298.229	2,9
Salvador	84.790	3,0%	1	1,1	2.075.273	4,7
Belo Horizonte	107.355	3,9%	1	1,1	2.020.161	4,6
Rio de Janeiro	145.763	5,2%	1	1,1	5.480.768	12,4
São Paulo	467.139	16,8%	1	1,1	9.646.185	21,9
Curitiba	136.357	4,9%	1	1,1	1.315.035	3,0
Porto Alegre	67.308	2,4%	1	1,1	1.263.403	2,9
Total (A+B)	2.784.310	100,0%	90	100,0	44.131.806	100,0

Fonte: Tabulação própria a partir de FIBGE: Censo Demográfico 1991 e Contagem Populacional 1996.

Entre as cidades médias, somente aquelas pertencentes a região Sul participaram do rateio dos imigrantes em proporção (11,0%) próxima à participação destas no rateio populacional de 1991, que foi de 10,2%. Os demais grupos regionais de cidades médias tiveram uma participação na distribuição dos imigrantes em proporções bastante acima de suas participações no rateio da população, destacando-se as oito cidades das regiões Norte e Centro-Oeste, as quais, sustentando uma dinâmica de atração já observada no período anterior, absorveram 7,3% do total dos imigrantes do período 1991/96, enquanto detinham, em 1991, 3,4% do total da população, o que nos fornece mais um retrato do deslocamento espacial da fronteira territorial de ocupação brasileira.

Entre as metrôpoles, somente Curitiba atraiu um contingente de imigrantes superior àquele que seria atraído se as imigrações fossem proporcionais ao tamanho populacional

dos núcleos urbanos considerados: em 1991, Curitiba que detinha 3,0% da população estudada, atraiu 4,9% de todo o contingente migratório considerado para o período 1991/96.

Sabe-se que os municípios são ao mesmo tempo áreas de atração e de expulsão de população. Eles funcionam como centros de atração de pessoas que enxergam oportunidades de ascensão social nelas e como centros de expulsão para aquelas que não conseguiram materializar esta expectativa ou que estão em busca de novas oportunidades em outras áreas. Assim, ao mesmo tempo que se pode observar fluxos migratórios que tenham se orientado para as cidades médias no período 1980/91, podem ser quantificados fluxos emigratórios originados nestes centros que buscaram localização em outras partes do território nacional. A Tabela III registra o saldo migratório (imigração – emigração) para as cidades médias e para as regiões metropolitanas no período em análise. Esta tabela, além de relacionar estes saldos migratórios para cada um dos grupos de municípios, registra também as distribuições relativas deste saldo e do fluxo imigratório. A idéia é, ao fazer isto, comparar a capacidade de retenção de população das cidades médias e das regiões metropolitanas no período.

Os valores mostrados na Tabela III evidenciam que, de forma agregada, as cidades médias e as regiões metropolitanas no período 1980/91 mais receberam migrantes que os enviaram para outras áreas, já que o saldo migratório é positivo para todos os grupos que aparecem naquela tabela. Deve ser notada a grande participação que as cidades médias tiveram no total do saldo migratório: do total de cerca de 2,9 milhões de pessoas que vieram a se somar às populações de 1980 destas cidades e daquelas das regiões metropolitanas, quase 1,4 milhão se estabeleceram nos centros de porte intermediário, praticamente a metade. A outra metade se adicionou ao crescimento das regiões metropolitanas, tradicional orientação dos fluxos de imigração. Para o caso das cidades médias, fica clara a importância das nortistas/nordestinas e das paulistas, já que tiveram uma participação maior no saldo migratório total (10,3 % e 19,2 %, respectivamente) do que sua participação no total da imigração (5,8 % e 14,8 %). Em termos absolutos, verifica-se que as cidades médias do Sudeste foram responsáveis por mais de 800 mil

pessoas do saldo migratório daquele 1,4 milhão, sendo cerca de 1/3 absorvido por cidades do conjunto Minas Gerais+Rio de Janeiro+Espírito Santo e o restante de São Paulo.

Tabela III: Saldo migratório no período 1980/91 para as cidades médias (CMs) e regiões metropolitanas (RMs), sua distribuição percentual do saldo total, e a distribuição percentual da imigração total.

Cidades Médias e Regiões Metropolitanas	Saldo migratório		Participação no total de imigração de A e B (%)
	Quantidade	% do Total	
(A) CMs	1.368.831	47,3	46,1
No Norte e Centro Oeste	296.720	10,3	5,8
No Nordeste	79.070	2,7	7,1
No Sul	148.784	5,1	8,8
No Sudeste	844.257	29,2	24,4
RJ, MG,ES	287.370	9,9	9,6
SP	556.887	19,2	14,8
(B) RMs	1.525.353	52,7	53,9
Belém	71.049	2,5	2,2
Fortaleza	197.472	6,8	4,1
Recife	134.483	4,6	3,1
Salvador	176.388	6,1	3,6
Belo Horizonte	233.462	8,1	5,1
Rio de Janeiro	26.993	0,9	6,7
São Paulo	267.032	9,2	20,4
Curitiba	207.501	7,2	4,0
Porto Alegre	210.965	7,3	4,7
Total (A+B)	2.894.186	100,0	100,0

Fonte: Tabulação própria a partir de FIBGE: Censos Demográficos de 1980 e 1991.

Dado o já elevado grau de urbanização da população brasileira, as migrações referem-se principalmente a movimentos de tipo urbano-urbano. Contudo, continuam as migrações de tipo rural-urbano devido à combinação de incorporação de novas tecnologias no campo, poupadoras de mão de obra, com estrutura fundiária baseada na grande propriedade agrícola. A resultante liberação de trabalhadores agrícolas torna-se componente importante da mobilidade da população, produzindo fluxos migratórios de origem rural em direção às áreas urbanas. Resta analisar quais são os principais destinos destes fluxos, cidades médias ou regiões metropolitanas e suas origens. As informações da Tabela IV estão voltadas para dar a resposta a esta questão.

Tabela IV - Origens dos imigrantes ao longo da década 1981-1991, para as cidades médias (CMs) e regiões metropolitanas (RMs).

Cidades Médias e Regiões Metropolitanas	Imigrantes Rurais/Imigrantes Totais (%)	Migração Intra Estadual (%)	Migração Intra Regional (%)	Migração Inter Regional (%)
(A) CMs	22,9	67,3	14,1	19,5
No Norte	29,4	50,2	10,4	36,8
No Nordeste	33,7	67,1	12,9	20,4
No Sudeste	18,9	69,5	13,8	18,0
No Sul	27,5	70,6	13,5	18,2
No Centro-Oeste	17,3	53,9	18,8	25,1
(B) RMs	28,3	47,6	13,9	40,1
Belém	37,1	68,4	4,6	25,4
Fortaleza	36,3	71,6	12,3	16,4
Recife	25,5	57,7	20,9	23,3
Salvador	27,1	74,8	10,4	14,4
Belo Horizonte	27,2	72,3	14,4	14,0
Rio de Janeiro	19,9	29,1	20,0	51,7
São Paulo	28,7	24,3	13,6	64,4
Curitiba	26,9	62,4	13,0	25,0
Porto Alegre	32,1	79,8	11,3	11,1

Fonte: Tabulação própria a partir de FIBGE: Censos Demográficos de 1980 e 1991.

Como já mencionado, estudos de mobilidade da população de origem rural apontam como as migrações rural-urbanas são realizadas de modo gradual, envolvendo mais de uma etapa entre a área de origem e o destino final, o que exige precauções na análise ora realizada uma vez que esta limita-se apenas ao último deslocamento dos imigrantes. Conforme indicam os dados da Tabela IV, foi maior o percentual de imigrantes de origem rural nas regiões metropolitanas do que nas cidades médias. Nestas últimas, o destaque foram as cidades médias nordestinas, cujo percentual de imigrantes rurais alcançou uma terça parte de todos os imigrantes. No grupo das regiões metropolitanas, Belém, Fortaleza e Porto Alegre apresentaram uma participação de imigração rural de pelo menos um terço da imigração total. Nos estados onde se situam estas regiões metropolitanas, o percentual de população rural ainda é significativo, superior a média nacional, o que ajuda a explicar a maior incidência de imigração de tipo rural-urbano. Ou sejam, supõe-se que estes imigrantes rurais sejam originários do próprio estado, considerando-se, também, o elevado percentual de imigração intra-estadual nestas localidades, conforme mostrado na Tabela IV.

A região metropolitana do Rio de Janeiro, no outro extremo, contou com apenas uma quinta parte de imigrantes originários de áreas rurais. Apesar de menor do que nas demais regiões metropolitanas, este é ainda um índice elevado, considerando tratar-se o Rio de Janeiro de um estado com taxa de urbanização, superior a 95 por cento, o que sugere que parte destes imigrantes rurais sejam originários de outros estados da federação. Outro dado a sugerir esta interpretação é o pequeno índice de imigração intra-estadual na região metropolitana fluminense, inferior a 30 por cento do total dos imigrantes na década de 1980.

Ainda com base na Tabela IV, cabe agora considerar o alcance dos fluxos migratórios que se dirigiram às cidades médias, comparando-o com aquele que fixou-se nas regiões metropolitanas. A suposição que fazemos é a de que as migrações de curta distância, aquelas de âmbito intra-urbana ou intra-estadual, resultam, sobretudo, da reacomodação da população local. Já a imigração de longa distância, refere-se a movimentos inter-regionais, para os quais a atração exercida pela área de destino é fator fundamental na explicação das decisões de imigrantes se deslocaram para outras regiões geoeconômicas. As imigrações de média distância são aquelas oriundas de outros Estados da região geo-econômica onde se situa a localidade considerada. Nestas condições, quanto maior forem os movimentos de longa distância, maior é o poder de atração do destino final, revelando tratar-se de núcleos urbanos com boas perspectivas de desenvolvimento, ou receptoras de fluxos migratórios motivados por emissão de informação defasadas sobre boas perspectivas de emprego. Por outro lado, a maior importância dos movimentos de curta distância podem sugerir baixa atratividade da localidade para onde se dirigem os imigrantes.

A distribuição dos imigrantes das cidades médias segundo regiões mostra que onde a ocupação está mais consolidada, caso das regiões Nordeste, Sudeste e Sul, a mobilidade da população é menor, com cerca de 2/3 dos imigrantes originários do próprio Estado onde se localiza a cidade média. No Centro-Oeste e no Norte, dada sua condição de fronteira econômica até os anos 60, o alcance espacial dos movimentos é maior.

O dado de maior destaque na Tabela IV refere-se ao desempenho das regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro no que concerne à área de alcance dos seus fluxos imigratórios. Apenas ¼ dos imigrantes eram originários do próprio Estado e mais da metade vinha de outras regiões geo-econômicas. Este resultado indica que estas duas metrópoles genuinamente nacionais, e não apenas regionais, continuaram atrair imigrantes que se dispunham a percorrer longas distâncias até alcançar, no Sudeste, as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro ou São Paulo. Portanto, em plena “década perdida”, a década de 80, a crise que deveria ter desestimulado a vinda de imigrantes para os principais centros econômicos do país, não foi forte o suficiente para estancar os fluxos imigratórios para aquela região. Ou, tal crise pode ter sido menos intensa do que a severidade do quadro socioeconômico apresentado nas tradicionais áreas de emigração.

Nesta mesma década, Minas Gerais deixou de ser fonte de emigração, como tradicionalmente fora, junto com os estados nordestinos, passando, inclusive, a contar com migração de retorno. Este novo quadro demográfico se traduz numa reorganização espacial de sua população, com os imigrantes concentrando-se na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Para o período 1991/96, não foi possível distinguir a situação (se urbano ou rural) de origem do imigrante da última etapa migratória, assim como, de acordo com o já relatado, não foi possível construir a análise do alcance dos movimentos migratórios para as regiões metropolitanas, mas somente para as metrópoles, tal como sistematizado na Tabela V.

Para este período percebe-se uma nítida distinção entre o alcance da atração das metrópoles nacionais São Paulo e Rio de Janeiro e dos demais núcleos urbanos. Enquanto para estas duas metrópoles, respectivamente, 72% e 61% dos imigrantes eram provenientes de outras regiões brasileiras, nas cidades médias e demais metrópoles a participação destes imigrantes, em média, fixava-se em torno de 25%.¹³ Portanto, se é

¹³ Na medida em que entre os imigrantes que se destinaram às metrópoles estão incluídos aqueles cuja origem é a própria periferia metropolitana, pode-se deduzir que, se fosse possível realizar esta mesma

verdade que, desde os anos 80, os fluxos migratórios intra-regionais vêm crescendo em relação aos inter-regionais, deve-se também concluir sobre a permanência do destino das migrações de longo alcance, que a décadas continuam sendo orientadas em direção aos dois maiores centros urbanos do país.

Tabela V – Origens dos imigrantes ao longo do período 1991/96, para as cidades médias (CMs) e metrópoles.

Cidades Médias e Regiões Metropolitanas	Total de Imigrantes	Migração Intra Estadual (%)	Migração Intra Regional (%)	Migração Inter Regional (%)
(A) CMs	1585344	60,14	75,23	24,77
No N e C-O	203882	46,28	64,10	35,90
No Nordeste	225247	60,40	77,02	22,98
No Sul	307618	63,66	77,36	22,64
No Sudeste	848597	62,14	76,66	23,34
RJ, MG, ES	352232	59,37	81,58	18,42
SP	496365	64,10	73,17	26,83
(B) Metrôpoles	1198966	39,51	52,30	47,70
Belém	49256	55,32	63,49	36,51
Fortaleza	87787	54,89	72,56	27,44
Recife	53211	58,66	76,38	23,62
Salvador	84790	68,16	78,03	21,97
Belo Horizonte	107355	68,61	82,69	17,31
Rio de Janeiro	145763	19,89	38,46	61,54
São Paulo	467139	16,79	27,93	72,07
Curitiba	136357	56,82	69,23	30,77
Porto Alegre	67308	75,27	82,55	17,45
Total (A+B)	2784310	51,26	65,36	34,64

Fonte: Tabulação própria a partir de FIBGE: Censo Demográfico 1991 e Contagem Populacional 1996.

Por outro lado, nas metrópoles de Porto Alegre, Salvador e Belo Horizonte os imigrantes de origem intra-estadual correspondiam, em média, a 71% do contingente de imigrantes. Este resultado pode estar associado à crise econômica que, contribuindo para dificultar a sobrevivência nas áreas interioranas, conjugada à falta de alternativa nos tradicionais centros receptores dos fluxos migratórios, redirecionou parte deste contingente para as metrópoles no âmbito do Estado de onde partem estes imigrantes. O que, em outros termos, significa afirmar que os fluxos migratórios inter-regionais para as metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro seriam ainda maiores não fosse a conjuntura de crescimento lento destas metrópoles no período em análise.

análise para as regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, a participação dos imigrantes inter-regionais seria ainda maior.

Também as cidades médias, como visto anteriormente, cumpriram este papel de “diques”, absorvendo parte dos fluxos migratórios que se destinariam tradicionalmente para as metrópoles nacionais. Importante frisar que tanto as cidades médias como as demais metrópoles (excetuando São Paulo e Rio de Janeiro) nacionais, neste período de 1991/96, foram, sobretudo, absorvedoras de movimentos migratórios de curto alcance: na Tabela V pode-se observar que, à exceção das cidades médias das regiões Norte e Centro-Oeste (fronteiras de expansão nacionais), para estes centros sempre mais de 50% dos imigrantes fizeram deslocamentos intra-estaduais.

III- A absorção dos imigrantes no mercado de trabalho na década de 80

O objetivo desta seção é o de subsidiar a comparação entre as cidades médias e regiões metropolitanas enquanto ofertantes de quantidade suficiente de trabalho aos imigrantes, bem como avaliar a qualidade destes postos de trabalho, medida precariamente pelo salário e pelo grau de formalidade do mercado. Serão estudadas três variáveis básicas do mercado de trabalho para os imigrantes recentes nas cidades médias e regiões metropolitanas em 1991, quais sejam: a taxa de ocupação, salários e posse de carteira assinada¹⁴.

III.1 – A situação dos imigrantes no mercado de trabalho segundo o seu rendimento

Verifica-se pela Tabela VI a grande concentração nas distribuições de rendimento dos imigrantes recentes e dos nativos nas cidades médias, particularmente na classe mais baixa de rendimentos (menos de dois salários mínimos), com porcentagens acima de 50 por cento, o que configura um elevado nível de pobreza nestas cidades, independentemente da situação do trabalhador. É bem verdade que no caso das cidades médias do Sudeste e do Sul a pobreza destes trabalhadores é ainda bem

¹⁴ Os imigrantes recentes referem-se ao conjunto daqueles que chegaram aos municípios entre os anos de 1986 e 1991. Tal fato pretendeu minimizar o viés implícito a uma análise que procura comparar a situação sócio-econômica de indivíduos com diferentes anos de residência nos municípios receptores. É bastante plausível supor que os imigrantes mais antigos tendam a possuir um maior grau de integração no mercado de trabalho do que os mais recentes. Assim, ao restringir o período de análise para os últimos cinco anos da década, diminui-se a possibilidade de realizar-se uma comparação de contingentes populacionais bastante heterogêneos em termos de tempo de residência nos municípios receptores.

grande, mas mostrando porcentagens menores do que as registradas para as das outras regiões.

As cidades médias nordestinas são as que proporcionaram o mais baixo nível de rendimentos aos imigrantes que para lá se dirigiram: mais de $\frac{3}{4}$ de seus imigrantes recentes recebem menos de dois salários mínimos. Apresentaram também o menor percentual de imigrantes com rendimento superior a dez salários mínimos. É também nesta região onde se localiza a única região metropolitana, a de Fortaleza, onde mais de 80 por cento dos imigrantes recebem rendimento inferior a dois salários mínimos.

A principal inferência que os dados da Tabela VI permitem fazer relaciona-se com a distinta situação do imigrante frente ao nativo residente nas cidades médias em comparação com aqueles das regiões metropolitanas. Nas cidades médias, há pouca diferença nos percentuais de imigrantes e nativos por classes de renda. O único caso a destacar é o das duas cidades médias nortistas, onde a situação do nativo chega a ser pior do que a dos imigrantes, tanto no segmento inferior a dois salários mínimos, considerada linha de pobreza, quanto no extremo superior, no percentual de residentes com rendimento superior a 10 salários mínimos.

A situação é muito diferente quando se considera imigrantes e nativos residentes nas regiões metropolitanas. Neste caso, os diferenciais de imigrantes na linha de pobreza são significativamente superiores ao dos nativos, do mesmo modo como é superior a participação de nativos com rendimentos superiores a 10 salários mínimos frente à quantidade de imigrantes que lograram atingir este nível de rendimento.

No que concerne à linha de pobreza, os imigrantes formam um contingente superior ao dos nativos em todas as regiões metropolitanas, mas a diferença é muito maior na região metropolitana de São Paulo. Quanto aos percentuais de residentes com rendimentos superiores a 10 salários mínimos, não se observa a mesma regularidade.

Tabela VI - Distribuição de rendimento mensal de nativos e imigrantes diretos recentes nas cidades média (CMs) e regiões metropolitanas (RMs), por classes de rendimentos, em 1991, por unidades do salário mínimo (SM) do ano.

CMs e RMs	Menos de 2 SM		2 a 5 SM		5 a 10 SM		Mais de 10 SM	
	Imigrantes	Nativos	Imigrantes	Nativos	Imigrantes	Nativos	Imigrantes	Nativos
(A) CMs	58,7	56,1	26,9	28,7	9,1	10,1	5,4	5,0
No Norte	69,5	76,4	19,7	17,1	7,2	4,6	3,7	1,9
No Nordeste	79,4	78,7	13,0	14,7	4,8	4,3	2,8	2,3
No Sudeste	54,2	50,6	29,5	31,9	10,0	11,8	6,3	5,8
No Sul	53,1	52,4	29,8	31,6	10,8	10,7	6,3	5,3
No C.-Oeste	63,9	63,9	26,6	25,0	6,9	7,6	2,7	3,5
(B) RMs	57,9	44,6	28,5	32,3	8,0	14,1	5,6	9,0
Belém	66,7	54,3	19,2	28,3	8,6	10,5	5,5	6,8
Fortaleza	81,1	71,5	11,0	17,4	4,5	6,7	3,4	4,4
Recife	66,9	65,2	17,1	21,5	8,4	7,9	7,6	5,4
Salvador	71,2	60,5	15,8	23,9	6,7	9,4	6,3	6,2
Belo Horizonte	68,0	56,2	19,5	26,7	6,8	10,2	5,7	6,9
Rio de Janeiro	62,1	52,0	21,3	29,4	8,8	11,5	7,9	7,1
São Paulo	47,9	27,6	38,6	39,9	8,4	19,8	5,1	12,7
Curitiba	52,5	43,4	31,3	34,9	9,6	13,2	6,6	8,5
Porto Alegre	60,1	46,4	26,6	32,8	8,3	13,1	5,0	7,6

Fonte: Tabulação própria a partir de dados do IBGE (Censos Demográficos 1980 e 1991).

Além da região metropolitana do Rio de Janeiro, também a de Recife e Salvador apresentaram maior contingente de imigrantes frente aos nativos no grupo de rendimento superior a dez salários mínimos. Estes dois últimos casos parecem corresponder a um fenômeno de difícil explicação, cuja pista que se arrisca a oferecer neste estágio do estudo, é a multiplicação da demanda por mão de obra qualificada do centro-sul do país pelas filiais dos grandes grupos econômicos nacionais que se espalham pelo território nacional na década de 80.¹⁵

Uma importante conclusão pode ser tirada destes dados: nas regiões metropolitanas há maior discriminação do imigrante frente aos nativos, traduzido pelos diferenciais de rendimento. No entanto, esta maior distância entre imigrantes e nativos pode também

¹⁵ Segundo Guimarães Neto, a participação do Nordeste em termos de receita líquida gerada pelos 100 maiores grupos privados atuantes no Brasil passou de 5,3% em 1978 para 11,2 em 1990. (Guimarães Neto: 93).

estar indicando que nas regiões metropolitanas existem melhores possibilidades de fixação a médio prazo do que nas cidades médias.¹⁶

Ainda que o diferencial, em termos de distribuição dos imigrante e nativos em classes salariais, seja pequeno entre as cidades médias, isto pode estar indicando oportunidades piores para os imigrantes. Este resultado pode, inclusive, ser inferido a partir do maior percentual tanto de imigrantes e nativos situados na linha de pobreza, bem como dos menores percentuais de residentes, imigrantes e nativos, dentro dos níveis superiores de rendimentos nestas cidades médias em comparação com as regiões metropolitanas. Verifica-se, assim, que os imigrantes que continuam a buscar as regiões metropolitanas como destino são perfeitamente racionais em termos econômicos. Ainda que a crise econômica tenha atingido duramente o centro mais dinâmico da economia brasileira, cuja espacialidade se confunde com os espaços metropolitanos, tais localidades continuam a proporcionar mais vantagens, em termos de rendimento aos imigrantes que as cidades médias.

III.2 - Taxa de Ocupação e Posse de Carteira de Trabalho entre os Imigrantes

Outros indicadores do padrão de inserção dos imigrantes nas cidades médias *vis-à-vis* esta condição nas regiões metropolitanas envolvem a taxa de ocupação e o grau de estabilidade no emprego, para o qual a posse da carteira de trabalho foi utilizado como indicador. Estes indicadores estão na Tabela VII.

¹⁶ É claro que diferenças no custo de vida entre as unidades espaciais investigadas podem estar superestimando a posição relativa dos imigrantes nas regiões metropolitanas, fato que exige cuidado na interpretação aqui realizada.

Tabela VII: Taxa de ocupação e de posse de carteira de trabalho entre os imigrantes diretos e nativos nas cidades médias (CMs) e regiões metropolitanas (RMs) em 1991. (*)

Cidades Médias e Regiões Metropolitanas	Posse de carteira de trabalho (%)		Taxa de ocupação (%)	
	Imigrantes	Nativos	Imigrantes	Nativos
(A) CMs	65,9	71,9	94,9	94,6
No Norte	36,2	47,7	93,1	94,7
No Nordeste	43,4	52,4	93,2	92,1
No Sudeste	70,7	75,2	95,1	94,9
Em São Paulo	75,5	78,6	94,9	94,8
No Sul	72,6	78,4	95,8	95,5
No Centro-Oeste	57,2	56,2	94,5	94,6
(B) RMs	71,0	76,0	93,7	93,4
Belém	48,9	63,5	92,5	91,5
Fortaleza	44,5	60,8	94,1	93,7
Recife	57,6	70,9	90,6	88,5
Salvador	56,4	77,0	91,0	88,4
Belo Horizonte	70,5	74,8	95,0	84,6
Rio de Janeiro	65,6	72,5	93,2	92,1
São Paulo	78,0	80,2	93,6	95,2
Curitiba	76,9	81,3	94,7	94,6
Porto Alegre	80,4	80,7	96,1	95,5

Fonte: Tabulação própria a partir de dados do IBGE (Censos Demográficos 1980 e 1991).

Os imigrantes recentes apresentam uma inserção no mercado de trabalho menos estável do que os nativos, sendo a estabilidade dada pela posse da carteira de trabalho. E mais, os imigrantes que se dirigiram às regiões metropolitanas encontravam-se em melhores condições do que os que fixaram-se nas cidades médias. As diferenças de situação são mais marcantes nas cidades médias das regiões menos desenvolvidas, Norte/Nordeste/Centro-Oeste, do que no Sudeste/Sul. O mesmo ocorre quando se comparam as regiões metropolitanas do Sul e do Sudeste, onde, contudo, o diferencial apresentado entre imigrantes recentes e nativos é menor do que no caso das regiões metropolitanas do Norte/Nordeste.

Finalmente, quanto à taxa de ocupação, não foram observadas diferenças significativas entre imigrantes recentes e nativos nem no conjunto das cidades médias, nem nas regiões metropolitanas. Tais resultados certificam a ocorrência das conhecidas redes de informação, as quais acabam por possibilitar que o imigrante seja atraído por

uma oportunidade concreta de trabalho (conquistada por parente ou amigo)¹⁷, sendo, por isso, baixo o desemprego entre imigrantes.

III.3 A Inserção no Mercado de Trabalho de um Grupo Vulnerável de Imigrantes

Muitas das diferenças encontradas na seção anterior entre a situação do imigrante das cidades médias e das regiões metropolitanas podem se originar de diferenças na qualidade (escolaridade, experiência, adaptação prévia à vida urbana, idade) desta mão-de-obra imigrante. Assim, maiores salários numa determinada cidade pode não representar um maior dinamismo econômico desta, mais sim o fato de que para ela se dirigiu um grupo bastante seletivo de imigrantes. Diante desta limitação, passa-se a interpretar como as cidades médias e as regiões metropolitanas acolheram um grupo especialmente vulnerável de imigrantes, quais sejam: os imigrantes de origem rural e sem qualificação.¹⁸

Durante a década de oitenta, o êxodo rural no Brasil alcançou cerca de 13 milhões de habitantes. A evasão rural durante o primeiro quinquênio dos anos noventa foi estimado em 4,6 milhões de pessoas, representando cerca de 30% de toda população que vivia no campo em 1980.¹⁹ A permanência da importância dos fluxos rurais – urbanos justifica o exercício empírico aqui desenvolvido, pois realça a potencialidade das cidades médias funcionarem como centros receptores da população rural nacional.

Sabe-se que durante a década de 80 os imigrantes rurais privilegiaram as regiões metropolitanas como destino migratório, quando comparadas com as cidades médias. Agora pode-se ainda concluir que mesmo os imigrantes menos qualificados preferiram dirigir-se aos grandes centros urbanos. A Tabela VIII mostra que os imigrantes pertencentes ao grupo dos rurais não qualificados que se dirigiram às metrópoles e

¹⁷ No Rio de Janeiro, a intensa presença de porteiros de Campina Grande na Zona Sul da Cidade ou a hegemonia de garçons cearenses em algumas redes de restaurantes da cidade atestam a efetividade destas redes de informação.

¹⁸ Doravante far-se-á menção a estes imigrantes (recentes, com menos de 4 anos de estudo, com idade entre 20 e 45 e de origem rural) como pertencendo ao grupo de **imigrantes rurais não qualificados**.

¹⁹ Ver Camarano e Abramovay (1997), pág. 5.

encontraram uma ocupação foi quase o dobro (121,1 mil) daqueles que procuraram as cidades médias (68,9 mil).

Percebe-se que é pequena a variância entre os resultados encontrados para as taxas de ocupação. No limite inferior, a região metropolitana de Salvador apresenta a menor taxa de ocupação para os imigrantes rurais não qualificados. Estes mesmos imigrantes encontram maiores oportunidades nas cidades do médias do Norte (Santarém e Marabá) e na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Tabela VIII – Pessoal Ocupado (PO), População Economicamente Ativa (PEA), Taxa de Ocupação (TO), Pessoal Ocupado na Posição de Empregados (POE), Posse de Carteira de Trabalho (PCT), Participação do POE com Carteira (PAR) e Distribuição de Rendimento dos Imigrantes Rurais Não Qualificados, para as Cidades Médias e Regiões Metropolitanas, em 1991.

Cidades Médias e Regiões Metropolitanas	PO	PEA	TO (%)	POE	POE/PO	PCT	PAR	Classes de Renda			
								até 2 s.m. (%)	2 a 5 s.m. (%)	5 a 10 s.m. (%)	10 ou mais (%)
(A) CMs	68933	71585	96,3	54638	79,3	34053	62,3	82,1	16,3	1,3	0,3
No Norte	1490	1529	97,5	723	48,5	169	23,4	88,6	9,2	0,8	1,4
No Nordeste	16397	17087	96,0	11788	71,9	4273	36,2	95,9	3,5	0,5	0,1
No RJ, MG e ES	11404	11785	96,8	9233	81,0	5865	63,5	90,5	8,3	0,9	0,3
Em São Paulo	18265	18920	96,5	16097	88,1	12393	77,0	68,4	29,4	1,8	0,4
No Sudeste	11712	12156	96,3	9544	81,5	7309	76,6	76,8	21,7	1,5	0,1
No Centro-Oeste	9665	10107	95,6	7253	75,0	4043	55,7	79,8	7,4	2,4	0,5
(B) RMS	121118	12676	96,6	102683	84,8	75380	73,4	74,4	23,8	1,6	0,2
Belém	3524	3638	96,8	2158	61,2	1017	47,1	80,7	17,1	2,3	0
Fortaleza	10742	11127	96,5	8633	80,4	4120	47,7	94,7	4,7	0,5	0
Recife	5077	5405	93,9	4351	85,7	2434	55,9	95,2	3,9	0,7	0,1
Salvador	7204	7707	93,5	5876	81,6	3191	54,3	92,7	7,0	0,2	0,1
Belo Horizonte	9543	9826	97,1	8042	84,3	6060	75,3	90,9	8,4	0,5	0,3
Rio de Janeiro	11569	12098	95,6	10295	89,0	7326	71,2	88,2	11,2	0,6	0,1
São Paulo	60004	62939	95,3	52642	87,7	42613	80,9	59,9	37,1	2,7	0,3
Curitiba	7105	7448	95,4	5519	77,7	4189	75,9	77,5	21,6	0,5	0,3
Porto Alegre	6350	6575	96,6	5167	81,4	4431	85,7	82,9	16,4	0,6	0,2

Fonte: Tabulação própria a partir de dados do IBGE (Censos Demográficos 1980 e 1991).

O que há de mais interessante nos dados referentes à posse de carteira de trabalho dos imigrantes rurais não qualificados é a notória vantagem ofertada para àqueles que decidiram deslocar-se para as metrópoles, ao invés de dirigirem-se para as cidades médias. Parece ainda que o efeito informação teve papel relevante para distribuir a

população imigrante rural não qualificada, uma vez que estes se dirigiram preponderantemente para as áreas metropolitanas onde havia maior cobertura legal do emprego.

Em todas as regiões geo-econômicas as áreas metropolitanas lograram ofertar maior proteção trabalhista aos imigrantes rurais não qualificados do que as cidades médias. No Nordeste, por exemplo, apenas 36 por cento destes imigrantes que chegaram às cidades médias possuíam carteira de trabalho, enquanto a posse de carteira de trabalho nas regiões metropolitanas nordestinas cobria cerca de 53 por cento dos mesmos imigrantes, embora esta taxa seja significativamente inferior àquelas vigentes nas cidades médias da região Sul ou do estado de São Paulo.

No estado de São Paulo novamente pode-se perceber que no conjunto das cidades médias a condição de trabalhadores sem carteira foi ligeiramente superior à vigente na região metropolitana de São Paulo. Isto significa que mesmo aonde a desconcentração ocorre de forma mais intensa, há ainda vantagens para que os imigrantes escolham a metrópole paulistana como área de destino. É claro que existe uma significativa variância entre as cidades médias paulistas no que diz respeito a taxa de cobertura legal do emprego. Cidades situadas no entorno imediato à região metropolitana de São Paulo, como Limeira, Jundiaí e Sorocaba ofertavam empregos com carteira assinada a cerca de 85 por cento dos imigrantes rurais não qualificados, enquanto nos centros situados mais próximos às fronteiras com o Paraná e Mato Grosso do Sul, como Presidente Prudente e São José do Rio Preto, apenas 60 por cento destes imigrantes possuíam a referida cobertura. O grau diferenciado de industrialização entre estes dois grupos de cidades paulistas provavelmente explicam estas diferenças sobre a cobertura legal do emprego.

A análise da distribuição de rendimentos dos imigrantes rurais não qualificados mostra em primeiro lugar quão frágil é sua posição no mercado de trabalho dos centros urbanos nacionais de médio e grande porte. Uma comparação entre as Tabelas VII e VIII mostra o quadro de fragilidade deste grupo de imigrantes. No conjunto das cidades médias nacionais cerca de 59 por cento do total dos imigrantes percebiam rendas inferior a dois salários mínimos. Quando se analisa separadamente o grupo de imigrantes rurais não

qualificados identificam-se 82 por cento destes recebendo menos de dois salários. Também nas regiões metropolitanas ocorre este diferencial, recebendo menos de dois salários mínimos 58 por cento dos imigrantes totais e 74 por cento dos imigrantes rurais não qualificados. Tais resultados apontam que para os movimentos rurais – urbanos a escolha das metrópoles como alvo de migração mostra-se salarialmente vantajosa.

Até que ponto esta vantagem salarial é puramente nominal dependerá das diferenças entre o custo de vida vigente nas metrópoles e nas cidades médias. De qualquer forma, não há em termos salariais nenhuma evidência de que a opção pela escolha dos centros médios seja a mais racional.

Ainda analisando-se a classe de renda dos mais pobres, vê-se que o percentual de imigrantes rurais não qualificados das regiões metropolitanas nordestinas recebendo menos de dois salários é quase idêntico ao das cidades médias regionais, sendo pouco melhor a situação na região metropolitana de Salvador. Também entre as cidades médias do Sudeste (exclusive São Paulo) e as regiões metropolitanas do RJ e BH, há poucas diferenças no que se refere ao rendimento.

IV – Conclusões

A análise feita neste estudo mostra que embora os fluxos imigratórios ocorridos no período 1980/96 ainda tenham tido uma orientação metropolitana, foi bastante significativa a participação nos mesmos das cidades médias não metropolitanas e não capitais de estado. Verificou-se que as cidades médias tiveram esta participação acima da mera chance, esta considerada seja em função do número de centros urbanos, seja em termos da população dos mesmos ou de variáveis correlacionadas com a sua dimensão populacional. Isto significa que houve alguma condição específica que levou estas cidades médias a atrair um contingente apreciável de imigrantes, confirmando a possibilidade das mesmas funcionarem como diques que contiveram pelo menos parte dos fluxos que, de outra maneira, engrossariam os que se dirigiam para as regiões metropolitanas.

As imigrações superaram as emigrações tanto nas cidades médias, quanto nas regiões metropolitanas, o que produziu saldos migratórios positivos para ambos os grupos de cidades, saldos estes que foram importantes para aumentar bastante a taxas de crescimento populacional nas cidades médias, sendo de notar particularmente o quanto isto foi expressivo para aquelas nas regiões de fronteira no Norte e no Centro-Oeste e no estado de São Paulo.

Deve-se notar ainda que embora a imigração naquele período tenha sido predominantemente do tipo urbano/urbano, uma parcela significativa dela ainda foi do tipo rural/urbano, quer para as cidades médias, quer para as regiões metropolitanas, com preponderância da imigração intra-estadual.

A análise da absorção dos imigrantes nos mercados de trabalho destes centros mostrou que os rendimentos de imigrantes recentes e de nativos eram bastante concentrados na classe inferior da distribuição, caracterizando uma condição de elevado nível de pobreza nas cidades médias e nas regiões metropolitanas. Notou-se, entretanto, que nas cidades médias praticamente não havia uma diferença nas distribuições de rendimentos de imigrantes recentes e de nativos, enquanto que nas regiões metropolitanas havia maior discriminação de remuneração do imigrante recente em relação ao nativo. Esta diferença para pior, entretanto, poderia ser diminuída ou eliminada no futuro à medida em que o imigrante deixasse de ser recente e começasse a apresentar as mesmas condições dos nativos. Sob este enfoque, o futuro do imigrante com orientação para as regiões metropolitanas era melhor, o que fazia a sua opção locacional ser racional. Já para o imigrante orientado para as cidades médias, justamente pela igualdade nas distribuições dos rendimentos de imigrantes e de nativos e pelo fato das mesmas serem mais concentradas na classe mais baixa e com menor participação relativa na classe mais elevada, a perspectiva de melhoria futura era menor. Isto também certamente contribuiu parcialmente para impedir que as cidades médias pudessem ter um papel mais acentuado como diques.

Procurando evitar que as diferenças de características pessoais dos imigrantes que se dirigiram para determinados centros urbanos possam ter influenciado os resultados acima, repetiu-se a análise para um conjunto homogêneo de imigrantes

recentes, constituído de imigrantes rurais não qualificados. O que foi encontrado de mais significativo foi a maior vantagem de trabalho formal nas regiões metropolitanas, as quais apresentam maior cobertura legal para os trabalhadores. Isto pode ter influenciado os fluxos imigratórios, os quais podem ter sido atraídos pela melhor qualidade dos empregos ofertados. Por outro lado, constata-se que os rendimentos percebidos também continuam a ser em geral deficientes para este grupo de imigrantes rurais não qualificados. Mais uma vez, entretanto, a análise dos diferenciais de rendimentos nas cidades médias e nas regiões metropolitanas foi conclusiva no sentido de apontar que para os movimentos rurais-urbanos a escolha das metrópoles como destino dos fluxos imigratórios mostrou-se salarialmente vantajosa, o que reforçou a escolha feita pelos imigrantes.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, T. A . e SERRA, R. V., *O Recente Desempenho das Cidades Médias no Crescimento Populacional Urbano Brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA, Coleção Texto para Discussão, número 554, 1998a.

ANDRADE, T. A . e SERRA, R. V., *Crescimento Econômico nas Cidades Médias Brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, Coleção Texto para Discussão, número 592, 1998b.

CAMARANO, A. A . e ABRAMANOY, R. *Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos Últimos Cinquenta Anos*. Rio de Janeiro: IPEA, mimeo., 1997.

FERREIRA, M. “Rede de Cidades em Minas Gerais a partir da Realocação da Indústria Paulista”. *Nova Economia*, Belo Horizonte, edição especial, 1996.

GUIMARÃES Neto, L. *O Grande Capital vai à Periferia (Regiões, Conglomerados, Grandes Empresas e o Estado)* in ANPEC, Anais do XXI Encontro Nacional de Economia, 1993.

IPEA/IBGE/NESUR (IE-UNICAMP). *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*. Campinas - SP, Instituto de Economia Unicamp, 1999.

MATTA, M. *Migrações Internas no Brasil: Aspectos Econômicos e Demográficos*. Rio de Janeiro: IPEA, Coleção Relatórios de Pesquisa, n. 19, 1973.